

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO****NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES****TEXTO COM REDAÇÃO FINAL*****Versão para registro histórico******Não passível de alteração*****COMISSÃO DE CULTURA****EVENTO:** Reunião Ordinária**REUNIÃO Nº:** 52930**DATA:** 13/06/2018**LOCAL:** Plenário Principal - CD**INÍCIO:** 13:57**TÉRMINO:** 15:10

>A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a reunião ordinária de audiência pública do dia 13 de junho de 2018, em atendimento ao Requerimento nº 144, de 2018, de minha autoria, para debater, ao ensejo dos 30 anos da Constituição Cidadã, o legado da inserção de um capítulo da cultura no texto constitucional.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Eduardo Saron, Diretor do Itaú Cultural, e o Sr. Hildebrando Pontes Neto, advogado, aos quais agradecemos pela presença nesta importante audiência pública. Sejam bem-vindos à nossa Comissão!

Lembro que ao final da nossa audiência pública nós distribuiremos alguns exemplares da edição comemorativa dos 30 anos da nossa Constituição.

Inicialmente, cumprimento todos os presentes, em especial nossos expositores desta audiência pública.

Antes de passar a palavra aos convidados, peço a atenção dos presentes para as normas do debate. Os expositores disporão de até 20 minutos para suas explanações, podendo ser prorrogáveis por esta Presidência.

Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta. O Deputado que desejar interpelar os convidados deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar o seu nome. Esclareço ainda que os convidados não deverão ser aparteados no decorrer de suas exposições. Somente após encerradas as suas exposições os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo o prazo de 3 minutos, e o interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Esclareço que esta reunião está sendo gravada, por isso solicito que falem ao microfone, informando o nome parlamentar quando não anunciado por esta Presidência.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Hildebrando Pontes Neto.

O SR. HILDEBRANDO PONTES NETO - Em primeiro lugar, boa tarde a todos.

Especialmente, queria cumprimentar a Deputada Raquel Muniz, agradecendo-lhe o convite formulado para participarmos desta audiência pública.

Quero dizer a V.Exa. e a todos os presentes que estou nesta reunião não só na condição de advogado, mas acima de tudo como Presidente da Associação Brasileira de Direito Autoral - ABDA, sediada no Estado de São Paulo, que tenho a honra de presidir.

Percebo com absoluta clareza que os motivos deste encontro e desta reunião, neste plenário, decorrem exatamente dos 30 anos da chamada Constituição Cidadã.

Esta data não poderia, evidentemente, passar despercebida.

Recordo-me perfeitamente de que, já no processo constituinte, quando eu presidia o então Conselho Nacional de Direito Autoral - e era Ministro da Cultura o Prof. Celso Furtado -, eu vim a esta Casa, na condição de convidado, para depor sobre o direito autoral, seus reflexos e suas consequências. Recordo-me perfeitamente de que a Constituição de 1988 sofreu críticas dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira por ter sido muito ampla, excessivamente aberta para absorver direitos que não deveriam, na opinião de alguns, constar do texto constitucional.

Eu me lembro perfeitamente de que a Constituição de 1988 veio a ser construída por força de duas situações quase que simultâneas: ela se baseou muito nas constituições espanhola e portuguesa, e não poderia ser diferente, porque eram dois países que saíam do regime totalitário, tanto o franquismo quanto o salazarismo, à imagem e semelhança do nosso País, que também saía de um processo ditatorial. É natural que uma Constituição que veio exatamente absorver o clamor dos mais diferentes segmentos da sociedade brasileira viesse a trazer na sua construção elementos fundamentais, essenciais.

Do ponto de vista da cultura, eu quero dizer a V.Exa., Presidente, e aos presentes que entendo que o capítulo da cultura lançado no texto da Constituição de 1988, no art. 17, com seus incisos e parágrafos, está muito bem lançado. Eu percebo com absoluta clareza que, no decorrer dos anos, esse capítulo ou essas garantias que foram estabelecidas em favor do processo cultural brasileiro permanecem absolutamente presentes, vivos, protegendo exatamente esse multifacetado processo cultural brasileiro na sua mais ampla expressão e na sua mais ampla pluralidade.

Portanto, ilustre Deputada senhores presentes, eu sou um daqueles que, em nome próprio e em nome da Associação Brasileira de Direito Autoral, há muito lutam pelas obras de criação artística e por sua produção neste País. Creio que a Associação está absolutamente em consonância com os princípios constitucionais estabelecidos, na certeza de que a sua construção, a sua edificação foi fruto, reflexo de um trabalho muito bem feito daqueles que manejavam o processo cultural à época e que tiveram a possibilidade e a perspectiva do seu alcance no curso do tempo.

De tal sorte, Sra. Presidente, senhores presentes, que eu nada mais tenho a aduzir a não ser agradecer a V.Exa. a oportunidade da nossa presença aqui, em nome da Associação Brasileira de Direito Autoral, e congratular-me com a manifestação proposta por V.Exa., na certeza de que efetivamente esses 30 anos comemorativos da nossa Constituição vieram a calhar e de que realmente os pressupostos que sustentam todo o processo cultural deste País, do ponto de vista constitucional, estão muito bem lançados no seu art. 17, incisos e parágrafos.

Muito obrigado, Sra. Deputada, pela oportunidade e felicito-a por este momento e por esta circunstância.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Agradecemos a palavra do Sr. Hildebrando Pontes Neto nesta audiência pública para debater os 30 anos da Constituição Cidadã.

Passo a palavra ao Sr. Eduardo Saron para fazer a sua exposição.

O SR. EDUARDO SARON NUNES - Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Muito obrigado, Deputada Raquel Muniz, que preside esta Comissão, pelo convite. É bom sabermos que há uma mulher à frente da Comissão de Cultura desta Casa, cultura que tanto abraça as questões do afeto. É bom sabermos que há uma mulher à frente desta Comissão, em que pese o Deputado que a antecedeu também ter tido uma sensibilidade imensa.

Eu, que pude participar de alguns encontros desta Comissão muito importante para o campo da cultura, quero dizer que estou honrado por estar ao seu lado, Dr. Hildebrando, porque sei o quanto V.Sa. é uma referência no mundo dos direitos autorais e o quanto é caro esse tema para o campo da cultura, algo que está em permanente debate. O próprio Ministério da Cultura parece que está criando agora uma secretaria específica para os direitos autorais, porque, de alguma forma, é a síntese do fazer cultural. Então, é uma honra estar aqui ao seu lado. E mais uma vez quero agradecer aos técnicos, aos assessores da Comissão, que também são sempre muito gentis e que tocam esse tema tão relevante para a nossa sociedade brasileira.

Eu preparei uma apresentação, não sei se é possível fazê-la, Deputada. Naturalmente, até pela idade que tenho, quando a Constituição foi promulgada eu tinha só os meus 16 anos, mas marcantes, porque já fazíamos o movimento estudantil e acompanhávamos a Constituição Cidadã nesse período. Eu era um observador privilegiado tentando de alguma forma perceber o que ia acontecer com o País naquele momento.

Mas a minha vinda até aqui tem muito mais, perdoem-me, de uma certa arrogância ao querer sugerir questões para os próximos anos e para os próximos debates, o que esta Casa tão bem faz quando o assunto é naturalmente uma emenda constitucional. E vou, nesse sentido, fazer algumas provocações da minha percepção do que falta - e, por isso, peço vênias pela minha arrogância - na Carta Magna quando se trata das políticas culturais contemporâneas e de quais são as questões que me parecem estão abarcadas, mas precisam ser olhadas ainda com mais cuidado, com mais carinho. Como esta é uma Casa de proposição, importantíssima, olhar para frente e fazer algum tipo de provocação para esta Casa e para esta Comissão para mim é fundamental.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sra. Presidente, eu trouxe aqui naturalmente não só o art. 215, que versa, de antemão, sobre o nosso universo, mas também algumas questões que, de alguma forma, parametrizam, orientam, formam um arcabouço de orientações de instituições internacionais que nos colocam diante da importante questão de que a cultura precisa, cada vez mais, ser entendida como um direito. Parece-me que esse é o pressuposto que precisamos reafirmar e que está, inclusive, no início do art. 215 da Constituição Federal, quando fala dos direitos culturais. Ao entendermos a cultura como um direito, nós a colocamos no mesmo patamar da saúde, da educação e de outras questões que também são entendidas como direito. Ontem nós fomos surpreendidos com uma medida provisória que o Presidente Michel Temer assinou - naturalmente em virtude das questões relativas à segurança pública - que transfere recursos que deveriam ser da cultura, por meio dos 3% das loterias federais, para a segurança pública, desvalorizando a cultura como um direito do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, não compreendendo que uma das formas de se combater as questões relativas à insegurança, como a diminuição do número de pessoas nas penitenciárias públicas, é investir em cultura. Então, retirar da cultura recursos para colocar na segurança pública, na verdade, é não compreender o papel da cultura sob todos os aspectos.

Por isso, Sra. Presidente, esta Comissão precisa reafirmar a relevância da cultura como um direito. Esse é o ponto central que eu queria desenvolver aqui com os Parlamentares desta Comissão.

Nos últimos anos, principalmente no meio da década de 80 e mais intensamente na década de 90, a grande questão era o acesso. Quando se vê um governante ou mesmo alguém do Poder Legislativo falando em política pública, sempre se ouve sobre a perspectiva da democratização do acesso, como se fosse a questão mais relevante de qualquer política pública. É claro que a democratização do acesso é uma das questões mais relevantes das políticas públicas, mas ela deixa de ser um paradigma para desenhos de novas políticas públicas. A democratização do acesso precisa permanecer. É um caminho ainda a percorrer. É preciso que as pessoas cada vez mais tenham contato com artistas e com a arte, mas ela não pode ser o parâmetro maior, o paradigma maior, a meta maior. Nós observamos que na Constituição, muitas vezes, ela de alguma forma se reduz a isso.

Eu queria trazer outro paradigma, que está, inclusive, afirmado na Carta dos Direitos Humanos - que, aliás, no final do ano completará 70 anos -, no art. 27, quando trás, pela primeira vez, o tema dos direitos culturais: *Toda pessoa tem o direito de tomar parte livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que deste resultem.*

Aqui a Declaração Universal dos Direitos Humanos começa a dar uma dica de qual é o novo paradigma da cultura nos próximos anos. Vejam: 70 anos atrás, ela começa a desenhar esse avanço que nós precisamos percorrer. O acesso

continua sendo importante e relevante, mas a referência, a nova meta, a nova métrica precisa ser algo que vá além do acesso. A própria Declaração Universal dos Direitos Humanos começa a introduzir isso. E há outros encontros dessas instituições internacionais multilaterais que trazem a questão da participação como o novo eixo de política pública.

Em 1966, a ONU reúne, em sua comissão de direitos econômicos, sociais e culturais, um grupo de países para começar a desvendar o que significava o art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aí ela traz, com muita força - e eu queria reforçar isso nesta audiência pública -, que o acesso é importante, mas mais importante do que o acesso, como se fosse um patamar acima, um degrau a mais nesse desafio do que é fazer política pública, é a participação. E neste encontro, promovido pela ONU na comissão de cultura, ciência e economia, eles desvendam ainda com mais ênfase o que é acesso e o que é participação. Eles trazem, delimitam ou parametrizam com mais ênfase essa questão da participação. Vejam: é incrível que, quando se fala de política pública - e nós estamos falando aqui de 1966 -, muito se fala de acesso, mas pouco se fala de participação.

Em 2009, mais uma vez, a ONU, por meio da sua comissão de economia e de questões sociais e culturais, aprofunda a necessidade de as políticas públicas dos Estados nacionais discutirem e implementarem ações que vão além do acesso. Ela desvenda isso com a maior clareza. Mais do que naturalmente há 70 anos, mais do que em 1966, ela desvenda isso e diz claramente: agir livremente, escolher sua própria identidade, identificar-se ou não com uma ou várias comunidades ou mudar essa escolha, participar da vida política da sociedade, envolver-se nas suas próprias práticas culturais e expressar-se na língua de sua escolha; todos também têm direito de buscar e desenvolver o conhecimento e as expressões culturais e compartilhá-las com outros, bem como agir com criatividade e participar ativamente das questões do campo das atividades criativas.

Aqui ela não só traz fortemente a questão de que é preciso dar condições ao indivíduo para que participe, e que ele faça as suas escolhas... Não há dúvida de que existe um grande desafio das políticas públicas para a cultura - isso é diferente na educação e na saúde. Na educação e na saúde, fazemos as políticas de maneira a alcançar a amplitude, e a relação de direitos e deveres é muito presente; na cultura, não.

O sujeito, inclusive, pode se negar a querer participar da sua própria vida cultural. Talvez esteja aí o desafio de implementar uma boa política cultural. E mais ainda, nessa comissão, a ONU começa a desvendar as questões relativas à economia criativa, à economia da cultura, ao afirmar e trazer o tema da participação.

Aí eu trago a Constituição Federal. É interessante que na Constituição Federal os três verbos que norteiam e parametrizam os direitos culturais são verbos que fazem com que o Estado ofereça suporte para que a população se organize a partir das suas questões. Em nenhum momento se diz no artigo "executará"; o que se diz é "garantirá", "apoiará" e "incentivará". E mais: em 2005, nas emendas, ele traz a questão do Plano Nacional de Cultura.

Aliás, é preciso que esta Comissão, junto com o Ministério da Cultura, se debruce sobre esse plano, que tem mais de 50 metas. Com essa quantidade de metas, parece-me que esse não é um Plano Nacional de Cultura. Não há como haver metas com tanta dimensão, ainda mais quando nós temos políticas tão frágeis para esse campo.

O artigo fala da defesa do patrimônio; da produção, promoção, e difusão dos bens culturais; e da democratização do acesso. Em nenhum momento, caros Parlamentares e senhores que nos acompanham aqui, ele fala, de maneira explícita, da questão da participação. Parece-me que aí há uma oportunidade de avanço e de compreensão, de necessidade de melhoria inclusive da Carta Magna, em que o tema participação possa estar mais explícito, mais declarado, para inclusive subsidiar a elaboração de novas políticas públicas.

O acesso é importante, e continuará sendo importante, mas precisa deixar de ser o grande paradigma. Oferecer acesso é um percurso desse longo caminho que, a meu ver, tem como grande paradigma a participação. Não há dúvida de que, quando se oferecem condições para formar público, para formar olhar, para fazer com que as pessoas, a partir do contato com a arte e a cultura, percebam o quanto ele pode se transformar - e, à medida que se transforma, transforma o entorno -, esse pode ser a grande força do que é fazer arte e cultura neste País.

Portanto - e essa é minha provocação -, sai de linha ou entra em segundo patamar o tema democratização do acesso e entra em campo a questão da democracia cultural. Vejam: a democratização do acesso está contida na democracia cultural, mas a democracia cultural não está contida na democratização do acesso. Isso significa construir e dar condições, desde o ponto de vista legal até as metas de cultura e a execução orçamentária, para que nós tenhamos como grande ênfase, como grande paradigma, a democracia cultural, a partir da compreensão de que é preciso que se fomente a participação, e não só que se faça com que mais pessoas tenham acesso a mais artistas.

E essa questão do acesso foi muito contaminada nos últimos 15 anos, principalmente se pegarmos o *boom* das *commodities*. Nós podemos fazer uma interligação muito clara com o que eu chamo de um equívoco na construção das políticas culturais no Brasil, seja pela União, seja pelos Estados e Municípios, que é o equívoco da localização analógica, portanto já ultrapassada, do CEP.

Nos últimos 15 e 20 anos principalmente, os governantes, os gestores e mesmo o mundo privado se dedicaram a, primeiro, fazer com que a catraca rodasse, até para reforçar essa questão da democratização do acesso. É claro que fazer a catraca rodar, é claro que fazer com que mais pessoas tenham acesso é fundamental, mas não pode ser a métrica. Aliás, os órgãos de controle têm tido isto como métrica: quantas pessoas tiveram acesso àquele evento, àquele encontro? Mas, às vezes, um projeto experimental, uma ação de formação que cuida de número muito menor é tão ou mais relevante que um projeto feito em uma praça pública para centenas e dezenas. Mais uma vez afirmo: não quero aqui dizer que precisamos descaracterizar o acesso. Ao contrário, nós precisamos é qualificar o acesso.

E, além do "C" da catraca, ele foi também envolvido pelo "E" da espetacularização. Muitas vezes nos deparamos, ao longo dessa explosão das *commodities*, com projetos em que valores para os fogos de artifícios eram muito maiores do que valores para os artistas. Isso é um pouco fruto dessa distorção do próprio uso da lei do incentivo fiscal, em que é preciso que haja muita repercussão, do ponto de vista reputacional, para que haja uma mobilização do empresariado. Portanto, a espetacularização fez parte dessa distorção de desenho de ação de política pública ou de ação cultural presente nesse CEP.

Por fim, também no período do *boom* das *commodities*, além da catraca que queria girar independentemente da qualidade

ou do perfil do projeto, além da espetacularização que deixava o artista em segundo plano, vem o "P" do prédio. Nos últimos 15 anos vimos muitos prédios monoculturais sendo construídos: São Paulo fez isso; a União fez isso; o Rio de Janeiro fez isso; Minas Gerais fez isso; Pernambuco fez isso. Foi algo, independente de cores partidárias, assumido como uma grande política pública.

Acontece que se esqueceram dos prédios já existentes. Nós vamos, parece-me que, agora, dia 18, só depois de 7 anos, reinaugurar a fachada da Biblioteca Nacional, uma das sete bibliotecas mais importantes do mundo, que até há muito pouco tempo possuía goteira, enquanto se investia muito na construção de novos prédios.

E não só se esquecerem dos prédios já existentes, como também firmaram um processo de sustentabilidade desses novos prédios a partir da equação do dinheiro público, do dinheiro direto de orçamento, mais a Lei Rouanet. Quando o *boom* das *commodities* se encerra, a catraca entra em xeque, porque os grandes espetáculos, os grandes *shows* não têm mais recursos para isso; a espetacularização também é questionada, porque os fogos de artifícios, quando você espreme e quando o dinheiro é mais reduzido, também entram em xeque; e, por fim, o prédio, esse sim, entra em completo colapso. Quantos prédios começaram a ser construídos e não foram terminados até hoje, fruto dessa política equivocada?

Para mim, isso está muito relacionado a esse paradigma que eu considero falso, que é importante no processo, mas não pode ser o paradigma da democratização do acesso. E nós precisamos trocar esse paradigma e esse CEP pelos três efes - FFF -, que reforçam a questão da participação.

E eu considero que é preciso que a Constituição ou as novas melhorias da nossa Carta Magna, olhando para frente, ou de leis que se acoplam a ela, mesmo o Plano Nacional de Metas do Ministério da Cultura, previsto na nossa Carta Magna, coloquem as três letras que eu considero fundamentais no lugar do CEP: o "F" da formação, intimamente ligado à participação, pois, se você não tem políticas, não tem ações de formação, desde a formação do artista, do gestor cultural... Aliás, a Carta Magna fala da formação do gestor. O único item de capacitação que ela cita, se não me engano, é a capacitação do gestor cultural. Mas a formação precisa ganhar uma outra dimensão.

O outro "F" é o do fomento, sendo o artista o olho do furacão do trabalho de valorização das políticas públicas. No Governo Federal o órgão mais importante de valorização da arte é a FUNARTE, e nós vemos o quanto a FUNARTE hoje sofre de carência de orçamento, de recursos, enfim. Aliás, a decadência da FUNARTE está intimamente ligada à criação do Ministério da Cultura. Não estou dizendo que não deviam ter criado o Ministério da Cultura, mas digo isso para os senhores verem como não se superou essa dicotomia criada com a nova organização da ação federal no campo da cultura.

Por fim, além do fomento ao artista, à arte, há a fruição como o terceiro "F". Troca-se democratização do acesso efetivamente por fruição. Fruição é fazer com que o indivíduo tenha prazer, sinta-se parte daquela apresentação cultural. É muito mais complexo, é muito mais difícil, mas é muito mais pleno, é muito mais transformador.

Então, parece-me que formação, fomento e fruição precisam estar no campo de atenção, na agenda desta Comissão da Câmara dos Deputados e da constituição das políticas públicas.

Era isso que eu tinha a dizer, Sra. Presidente. A minha provocação vai nesse sentido. É preciso que a Constituição vá além das questões ligadas à democratização do acesso e possa ter como centro desta conversa a participação. À medida que nós, a sociedade, o Governo, as empresas induzem a participação, o sujeito se transforma e, ao se transformar, não há nenhuma dúvida de que ele relê a sua história e certamente vai questioná-la para poder, inclusive, transformar a própria sociedade.

Muito obrigado. Espero que eu tenha contribuído.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Agradecemos a participação do Sr. Eduardo Saron, Diretor do Itaú Cultural.

Eu quero fazer uma provocação aos nossos consultores, uma vez que estamos tratando de um tema em que muitos de vocês aqui - nós não vamos revelar a idade - participaram da construção de muitos textos constitucionais, já que esse volume está atualizado até 2017. Sei que alguns chegaram aqui mais recentemente, pelo menos no último ano, e mesmo eu participei como Parlamentar não faz muito tempo, mas acredito que muitos de vocês estavam aqui muito antes do meu mandato parlamentar.

Eu quero fazer essa provocação para que vocês também possam se manifestar, já que nós, Parlamentares que tratamos dessa pauta, passamos por aqui, uns, às vezes, por mais mandatos, mas vocês estão permanentemente aqui e nos ajudam muito a construir os textos constitucionais. Vocês ficam sempre nas nossas Comissões, atentos às contribuições como a que o Eduardo e o Hildebrando trouxeram hoje. Com certeza, toda vez que recebemos alguém da sociedade civil, dos órgãos do Governo que participam de reuniões aqui, quando há participações internacionais, vocês acabam se debruçando sobre todos esses assuntos, fazendo uma leitura atenta, provocando os Parlamentares e trazendo contribuições também. Eu os estou provocando primeiro para depois chamá-los para participar.

Eu gostaria que o nosso advogado, o Dr. Hildebrando, respondesse ao meu questionamento com relação aos direitos autorais. Vemos pessoas, até Parlamentares em plenário, pegarem a Constituição e dizerem: "*Estão rasgando a Constituição! A Constituição não está valendo!*" Eu ainda acredito que as coisas negativas neste País sejam bem menores do que as coisas positivas. O Brasil é maior do que tudo isso que está acontecendo.

Estou presidindo hoje a Comissão de Educação preocupada com o evento de hoje. Veio um palestrante hoje, que é o Eduardo, que, com certeza, já estava pensando na sua palestra aqui. Ele é extremamente preparado, mas acaba pensando que tem um tempo para falar. No entanto, abordou um fato que aconteceu ontem, atual, que nos preocupa muito, preocupa o Ministro da Cultura, Sérgio Leitão, preocupa também, no Rio de Janeiro, a FUNARTE e acaba preocupando todos nós que estamos debruçados sobre essa pauta cultural.

Temos abordado nas diversas audiências que fizemos a valorização da cultura até em tempos difíceis. Ela, às vezes, como alguns Secretários colocaram para nós em audiência pública, é que, em momentos difíceis, segura o Município. Na manutenção de uma festa tradicional da cidade, quer seja religiosa, quer seja criada pelo agronegócio... Muitas festas tradicionais acontecem em função da produção local agrícola. No momento em que o Prefeito ou o Secretário de Cultura insistem em realizar essas festas, estão promovendo também recursos para aquela cidade. Então, trabalhamos essa questão.

Dr. Hildebrando, eu gostaria que o senhor falasse dos pontos positivos que a Constituição veio a garantir efetivamente em termos de direitos autorais.

E já faço também um questionamento ao Sr. Eduardo, para que responda em seguida. Como Diretor do Itaú Cultural, ele já contribuiu durante a gestão do Presidente anterior, o Deputado Thiago Peixoto. Peço que dê uma olhada no painel dos Presidentes da Comissão de Cultura e também nos da Comissão de Educação. O painel anterior era o da Comissão de Educação e Cultura. Você fez uma menção à pouca participação das mulheres. Está aqui uma mulher presidente. Da nossa Comissão de Educação, a partir do desmembramento até a gestão passada, só homens participaram. Voltando para cá, para o painel da Comissão de Cultura, vemos a nossa fundadora, a Deputada Jandira, seguida pela Deputada Alice Portugal, até o Deputado Thiago, que foi o último Presidente. Hoje eu estou na Presidência. Então, ela é paritária.

O SR. EDUARDO SARON NUNES - É verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Quero lembrar que a Comissão de Cultura, de alguma maneira, está ali contando a história da participação da mulher.

Hoje estávamos discutindo num seminário a participação das mulheres na política. Eu acredito que a história cultural deste País passou muito pelas mãos das mulheres, especialmente o artesanato, de que falo tanto aqui.

Em geral, em sua maioria, ele é feito por mãos femininas e gera renda também para muitas famílias. Por isso, fazemos questão de apresentar sempre, aqui nas nossas audiências, um artesanato de alguma região do Brasil.

Como Diretor do Itaú Cultural, você falou muito da questão do fomento, mas, como educadora, eu gostaria de provocá-lo perguntando como o Itaú Cultural pode nos ajudar com relação a isso. Nós vemos a presença do banco como fomento, como recurso, mas às vezes precisamos provocar as pessoas através de uma cartilha, através de cursos de capacitação, para não darmos o peixe, mas ensinarmos a pescar.

Você falou brilhantemente na sua exposição, mas eu gostaria de provocá-lo nesse sentido: como o Itaú Cultural pode nos ajudar a levar aos Municípios essa conscientização - a conscientização do Secretário, do Prefeito, das pessoas, das comunidades -, até o ponto de levarmos um projeto tão bacana pelo Itaú Cultural e sermos orientados e até atendidos, porque a orientação às vezes nos faz procurar outros caminhos.

Eu gostaria da participação também da nossa consultoria. Hoje só eu estou fazendo questionamentos, que vocês podem anotar para responder. E podem anotar também os dos nossos consultores, para responderem, se eles desejarem participar. *(Pausa.)*

O SR. PAULO DE SENA MARTINS - Boa tarde. Eu queria parabenizar os expositores e começar dizendo, Deputada, que não tenho problema em dizer minha idade, mas não vou deixá-la tão fácil assim. Em 1987, o Saron tinha 16 anos e eu tinha 22 anos. Eu era Diretor do Centro Acadêmico XI de Agosto e colaborava com a gestão do nosso Presidente Marcelo Semer, que inspirou uma coisa que nos pareceu muito importante na época.

O Centro Acadêmico XI de Agosto fica no centro de São Paulo, a um quarteirão da Praça da Sé, e foi um ponto de recolhimento de assinaturas para as emendas populares na Constituinte. Havia um número, que não recordo agora, de assinaturas necessárias para serem apresentadas emendas. Algumas das emendas que chegaram aos Constituintes foram coletadas lá no Centro Acadêmico XI de Agosto, sob inspiração do nosso Presidente.

Por estarmos no movimento estudantil, nós acompanhávamos muito a Subcomissão de Educação, que era o nosso foco central, mas que era a mesma da Cultura. Então, nós a acompanhávamos também, como estudante de Direito, a cultura. O Presidente do Conselho de Secretários de Cultura de então era um jurista, o René Ariel Dotti, que até teve muita participação naquele momento na reforma do Código Penal, na reforma da Lei de Execução Penal, que exprimia todo aquele momento de redemocratização e garantia dos direitos em todos os níveis.

Faço essa pequena introdução por causa da questão da idade. Mas quero dizer que foi um marco importante a inserção da cultura na Constituição de 1988. Ela apresenta uma agenda que ainda pode ser cumprida pela legislação infraconstitucional. Ela coloca a questão do inventário, por exemplo, que é um mecanismo importante de proteção do patrimônio cultural, que pode ser mais explorado eventualmente na própria legislação infraconstitucional.

A emenda constitucional que veio depois, na sequência, que inseriu o art. 216-A, que fala do Sistema Nacional de Cultura, toca um pouco na questão da democratização, embora ela fale na democratização da administração, não no sentido mais amplo e pertinente da democracia cultural - aquele que o Eduardo Saron apresentou. É importante destacar isto: qual o avanço que representou a inserção do tema da cultura na Constituição? Isso dá uma perspectiva de atuação.

E alguns temas são os mesmos de sempre. Na própria Subcomissão, por exemplo, surgiu o tema do investimento de 1% dos orçamentos, que era uma reivindicação dos secretários de cultura da época. Esta discussão de que houvesse um nível mínimo de investimento já existia há 30 anos. Isso foi proposto pelo Prof. René Ariel Dotti na Subcomissão. O Dr. Hildebrando Pontes Neto tocou em algumas questões na época, como a questão da importância da proteção das culturas regionais, como isso iria se dar. Não sei se eventualmente eu poderia falar mais alguma coisa sobre isso.

Então, é só isso, Sra. Presidente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Obrigada pela participação.

O SR. JEFFERSON RICARDO FERREIRA CHAVES - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Dr. Hildebrando e Eduardo Saron.

Primeiramente, Deputada Raquel Muniz, eu gostaria de parabenizá-la pela sua Presidência e por abrir a oportunidade de se celebrarem os 30 anos da Constituição com um tema tão relevante quanto a cultura. Não me lembro de outra Comissão ter celebrado essas áreas específicas nesses 30 anos. Acho que há tempo ainda. Parabéns pela iniciativa.

Bem, quero só fazer uma provocação. Na verdade, tenho uma pergunta para fazer a vocês dois. Eu fiquei um pouco sensibilizado, Eduardo, com essa questão de acesso e participação na Constituição. Na Emenda nº 42 foi incluído o Plano Nacional de Cultura. Você havia comentado sobre as 50 metas, e eu também acho que é muito. Se houver 20 metas no Plano Nacional de Educação já é muito, ainda mais 50, não é?

O que acontece? O Plano Nacional da Cultura precisa lidar com o acesso à cultura. Eu queria fazer uma provocação. De que modo, quais são os exemplos de como podemos traduzir esse acesso em participação?

Outra provocação que eu gostaria de fazer à Mesa é que os diagnósticos da Lei Rouanet falam que ela é bastante concentrada - talvez mais ainda do que nós percebemos - não só em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas na Avenida Paulista, no Jardins e na Zona Sul do Rio.

Esta Comissão de Cultura tem projetos para se alterar a Lei Rouanet? Eu gostaria de saber qual o posicionamento de vocês sobre a questão de democratização, de participação e da necessidade de se reformular a Lei Rouanet.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Com a palavra a Sra. Claudia Nardon.

A SRA. CLAUDIA NEVES COELHO DE SOUZA NARDON - Boa tarde a todos, à Mesa, aos participantes, à Presidente.

Eu vou aproveitar e pegar carona na fala dos meus dois colegas para lembrar o seguinte: que a Emenda nº 71, que incluiu o Sistema Nacional de Cultura, com o art. 216-A, prevê a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura por lei, que nunca aconteceu. Nem o Executivo mandou um projeto de lei para cá nesse sentido, nem aqui houve também qualquer iniciativa para se regulamentá-lo.

E aí só faço uma provocação: a cultura é muito difícil de se organizar?

Eu li hoje cedo uma frase do Renato Zanini dizendo que a cultura é a educação desorganizada. É verdade. Vemos um Plano Nacional de Educação com as 20 metas difícil de se efetivar, mas vemos uma série de meios para controlar a sua efetivação, e não acontece isso com o Plano Nacional de Cultura, não se ouve falar da mesma forma de avaliação, de acompanhamento das metas, de diagnósticos parciais. Não se vê isso na cultura. Temos um plano difícil, um plano que, na verdade, passa batido. Pouca gente cobra essas metas. Pouca gente está preocupada com o próximo plano, cujo prazo de vigência já está terminando. Já são 8 anos em que a organização desse sistema está inscrita na Constituição, com a necessidade de leis para se organizar esse sistema, e ainda não se fez nada. Por que é tão difícil? Como é que podemos contornar? É uma dificuldade mesmo. A cultura é criativa. Como é que se organiza isso? Que caminho poderíamos ter? É só uma curiosidade. Gostaria de saber se vocês teriam alguma ideia.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Vou passar a palavra ao Dr. Hildebrando, que tem voo marcado e vai responder esses questionamentos.

O SR. HILDEBRANDO PONTES NETO - Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer a referência a mim feita pelo Eduardo Saron. Muito obrigado. Você é muito generoso.

Em segundo lugar gostaria de dizer o seguinte: eu realmente não imaginava que nós pudéssemos aprofundar e verticalizar essas questões na tarde de hoje. Mas, de qualquer sorte, como a Deputada Raquel Muniz me promove uma provocação, assim como os senhores, quero dizer primeiro que a cultura é complexa porque, se se raciocina a cultura *lato sensu*, percebe-se que ela é tudo aquilo que o homem faz. Então, rigorosamente, o Ministério mais importante que o País deveria ter é o Ministério da Cultura. No meu ponto de vista, todos os demais são agregados a ele. O entendimento que tenho da cultura é: tudo aquilo o que o homem faz.

Ora, não é fácil e simples equacionar-se, através de planos, esse fazer cultural num país de uma multiplicidade criativa, como é o País chamado Brasil. Esse é o primeiro ponto.

O segundo aspecto, voltando à provocação, do ponto de vista do direito autoral, quando se fala "rasgue a Constituição", vamos estabelecer uma coisa. Tenho realizado um trabalho em prol do direito autoral neste País não só como professor - lecionei no passado nessa área da propriedade intelectual depois de 24 anos e 3 meses -, mas também na condição de advogado e neste momento como Presidente da Associação Brasileira de Direito Autoral. As pessoas não têm noção do que seja o direito de autor. É uma matéria ainda ignorada por diferentes setores da sociedade brasileira. As pessoas têm um conhecimento, digamos, equivocado de que o que é objeto da criação pode, sem mais aquela, ser utilizado. As coisas não são bem assim.

Vejam o caso deste Parlamento: existem Deputados proprietários de rádios que não pagam a execução pública musical estabelecida no País, como se as obras de execução pública musical pudessem ser apropriadas sem mais aquela. Ninguém quer pagar direito autoral neste País. Aliás, nós vivemos numa Nação onde o ônus fiscal que nos é imposto é de uma grandeza tamanha, que isso provoca refugio em diferentes setores da atividade. Mas eu não quero entrar nesse campo. Vou ficar no campo do direito de autor.

Imaginem os senhores, com a evolução da informática, quando assistimos à dessacralização do suporte físico da criação artística, como se tornou ainda mais difícil o controle das obras por seus criadores. É um paradoxo inevitável: quanto mais a tecnologia avança, mais distante da criação ficam os criadores. Isso não significa dizer que, por isso, eles não devam ser protegidos e que as obras que eles criam possam ser utilizadas economicamente sem mais aquela.

É preciso entender que o criador neste País merece respeito e, mais, que ele vive daquilo que cria. Ele não é obrigado a trabalhar no Banco do Brasil meio expediente e criar à noite, em casa: a mulher e os filhos gritando no ouvido dele, e ele no violão. O Estado tem que garantir a ele a possibilidade da criação. Por que não?

Imaginem hoje, com essas tecnologias e plataformas que cada vez mais se multiplicam...Vejam o caso do *streaming*.

Recentemente, o STJ decidiu que o *streaming* é uma execução pública musical e, por esse motivo, tem que pagar direito autoral. É claro, volto a repetir, as questões não são simples assim.

Então, eu, que me apaixono sempre pelas coisas que faço, em especial pelo direito de autor - permitam-me dizer, sou um modesto autor de nove livros infantis -, sei evidentemente o que sente um criador quando vê a sua obra desconstituída e desprotegida. Eu vou, evidentemente, morrer na trincheira da defesa do direito de autor. Compreendo que o processo de alerta da sociedade brasileira precisa avançar a ponto de as pessoas entenderem, efetivamente, que o artista não foi feito para subir em palanques e apoiar determinados movimentos políticos e circunstâncias políticas. Mais do que isso: ele tem que ser respeitado pela sua condição de sobrevivência. Ele merece, pelo seu talento, pela sua sensibilidade, essa possibilidade de ser protegido, e amplamente.

Convenhamos, senhores, qualquer que seja o país, não existe processo cultural sem criação e não existe criação sem autor. Portanto, quem está na base dessa pirâmide é o criador nacional. É claro que os planos de cultura ou as discussões travadas no campo da cultura perdem de vista essa circunstância e essa condição.

Com esse episódio recentíssimo da restrição de verba da cultura por causa do problema da segurança pública, percebe-se

claramente pouca preocupação e nenhum respeito pela área cultural. Basta dizer que o orçamento da Cultura é o menor orçamento entre todos os Ministérios. Deveria ser exatamente o contrário.

Então, de que adianta formular planos e políticas públicas culturais, se o patrimônio público brasileiro desaba, pelo descaso e pela falta de conservação e apreço? Na verdade, o criador não chegou ainda ao patamar onde deve estar, ou seja, ao patamar de respeito pela sua criação.

É claro que foi positiva a democratização da Lei Rouanet e os demais mecanismos de incentivo ao processo cultural.

Quanto mais amplos forem os mecanismos de incentivo e quanto mais gente abarcá-los, melhor, porque estaremos abarcando a pluralidade nacional. É preciso refletir muito sobre isso e verticalizar essa questão de uma maneira bastante profunda.

Eu nunca me esqueço de que cultura é tudo aquilo que o homem produz. Portanto, entendo eu que esse Ministério deveria ser o mais importante da República. No entanto, ele é o último dos últimos.

Sra. Deputada, eu agradeço imensamente o seu convite. Foi uma honra participar desta audiência pública. Àqueles que formularam questões espero ter respondido. Acho que a colocação que você fez de acesso *versus* participação é um dos aspectos cruciais, fundamentais. Evidentemente, a provocação vai ficar aí para o Eduardo Saron explicitar e explicar. Agradeço a vocês a oportunidade. Refletir e pensar sobre esse universo: eu nunca me recuso a fazê-lo, até porque creio, Deputada, que já trago isso na veia. O meu muito obrigado à senhora e aos senhores. Um bom trabalho! Eu tenho que me ausentar por causa do voo para Belo Horizonte.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Obrigada, Dr. Hildebrando.

O meu contrerrâneo mineiro vai levar um exemplar da edição comemorativa dos 30 anos da Constituição.

O SR. HILDEBRANDO PONTES NETO - Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Eu tenho certeza de que vocês colaboraram com muita coisa aí.

O SR. HILDEBRANDO PONTES NETO - Com certeza!

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Rapidamente, antes de passar a palavra ao Eduardo, eu quero devolver a provocação feita pelos consultores.

Eu defini o que seria possível fazer neste ano, um ano eleitoral, um ano de muitos problemas nesta Comissão. Decidi pegar todos os projetos, todos os requerimentos, e dar uma celeridade a eles, ainda que houvesse ausência de Parlamentares em função de outros compromissos, em função de participação em outras Comissões. E eu tenho feito isso.

Com relação à Lei Rouanet, com a forma como temos trabalhado aqui, estamos criando uma conscientização para dar respostas. Ano passado, a imprensa estava dentro desta Comissão o tempo todo, em função de denúncias de mau uso. Nós evoluímos ao longo dos anos, nesta Legislatura, desmembrando o Ministério e, depois, sofremos a possibilidade de extinção do Ministério da Cultura neste Governo. Mas nós nos unimos, o Brasil inteiro, e garantimos a permanência do Ministério e a própria existência, dentro da Câmara, da Comissão de Cultura. Então, são esses os avanços.

Com relação à Comissão de Educação, da qual sou membro, da qual fazem parte alguns consultores presentes aqui, há também um atraso enorme na questão dos nossos planos, do próprio FUNDEB, que encerra em 2020.

Temos tentado incluir no texto constitucional que o fundo se insira como política pública definitiva. Eu gostaria de, ainda nesta minha Presidência aqui, apresentar um modelo daquilo que podemos fazer, em dupla mão, com vocês, para apresentar ao Brasil respostas naquilo que muitos têm questionado.

Quero dizer também que vocês podem sugerir alguma temática para avançarmos nisso e deixar algo mais concreto na Comissão aqui. Que possamos avançar no debate, na execução de algum projeto de lei, porque eu acredito que vai chegar um momento, ainda este ano, em que essa intervenção vai se encerrar, e vamos conseguir aprovar alguma coisa. Há o compromisso do Presidente Rodrigo Maia de aprovarmos projetos relacionados à cultura e à educação - de destinar um momento só para isso -, e vamos conseguir avançar nesse sentido.

Vamos ouvir agora o Sr. Eduardo Saron, que vai responder.

O SR. EDUARDO SARON NUNES - Muito bem. Sobre como dar o salto do acesso para a participação, eu vou dar um exemplo muito objetivo, Deputada, que fala muito sobre a parte das mulheres, principalmente das mães.

Este País não é um país de leitores. A Câmara Brasileira do Livro, a cada período - parece-me que a cada 3 ou 4 anos - faz uma pesquisa sobre os hábitos de leitura no Brasil. Quando perguntaram na amostragem quantas pessoas leram alguma coisa - não o livro como um todo, mas um livro mesmo em parte - nos últimos 3 meses, pessoas em idade de leitura, apenas 45% ou 46% falaram que leram alguma coisa. E mais: valia a Bíblia. Vejam a importância desse livro - não estou falando em demérito, ao contrário. A pessoa falava: "*Olha, eu li alguma coisa*". Eram menos de 50% da população, a partir daquela amostragem, e ainda valia a Bíblia, e livro didático, também. Portanto, é um País que não tem leitores.

É preciso que haja - e aí acho que a Comissão de Cultura e a Comissão de Educação podem fazer um trabalho conjunto - uma grande mobilização para que mais brasileiros leiam e mais brasileiros leiam mais.

E mais, Deputada: quando perguntaram para essa pessoa que lia onde ela adquiriu o hábito de leitura, para cada três respondentes, um dizia que adquiriu o hábito da leitura graças à sua mãe, graças à mulher. Então, vejam a importância da mãe, da mulher na constituição de algo que para mim é essencial num processo de participação. Nós precisamos ter um Brasil de leitores.

Para falar até de uma questão que o Hildebrando trouxe - a centralidade da cultura nas políticas culturais, um Ministério matricial -, parece-me que essa deveria ser a grande métrica de qualquer gestor público. "*No meu Município, no meu Estado, no País, quais são os índices de leitura?*"

Para mim, a melhor métrica para se medir qualidade de vida, para se medir inserção social, para se medir desenvolvimento econômico, para se medir qualquer questão que pense no avanço da sociedade, no empoderamento do sujeito como pessoa que se transforma e transforma o seu entorno, e que não é difícil de ser constatada, é a métrica de livros sendo lidos e quantas pessoas estão lendo esses livros.

Há uma experiência muito exitosa em Passo Fundo, liderada por uma professora, uma experiência de quase 30 anos, que fez com que Passo Fundo tivesse os maiores índices de leitura no País. E como ela fez isso? Por meio de uma atividade cultural, que se juntava à educação. Ela, durante quase 30 anos, todos os anos fazia uma grande feira de incentivo à leitura

com um festival literário. Esse festival envolvia todas as escolas públicas de ensino fundamental de Passo Fundo. Definia-se qual era o tema daquele ano, qual era o autor ou a autora homenageada, e durante 6 meses a escola pública, os professores, os alunos discutiam aquele autor, os livros que ele tinha escrito, a temática que ele abordava, o gênero literário que ele abordava. Isso fez com que, de fato, Passo Fundo se tornasse uma referência nos índices de leitura no País. É uma atividade cultural, que se junta à educação e que coloca as pessoas num outro patamar.

Então, respondendo à pergunta sobre como avançamos do acesso para a participação, parece-me que essa é uma forma. Vemos muitos festivais literários onde há emprego de recursos, há mobilização, mas, quando o festival acaba, pouco fica para a cidade. Essa é a diferença entre acesso e participação. É relevante esse festival literário? É importante. Mas a relação legado e perenidade com o entorno, com o local é muito baixa quando comparada com essa experiência de Passo Fundo.

Sobre Lei Rouanet, é absolutamente correta essa avaliação da concentração. Há um instrumento desconcentrador, ou que diminui, ou que mitiga a concentração, que é o Fundo Nacional de Cultura. Aliás, esta Comissão, sob a Presidência do Deputado Thiago Peixoto, fez uma audiência pública para discutir os 3% de recursos das loterias destinados ao FNC, tema, que, aliás, está em voga, infelizmente, por motivo negativo, em virtude da MP da Segurança Pública. Para mim, esse é um caminho para ajudar a desconcentração. O legislador foi muito feliz quando fez a Lei Rouanet. Ele fez a Lei Rouanet pensando em três mecanismos: no FNC; no mecenato, que todos conhecem como Lei Rouanet, esse instrumento entre a empresa e a sociedade a partir do incentivo fiscal; e no FICART.

O FNC era dedicado a produções independentes, às pequenas cidades, ao repasse de fundo a fundo, fundos municipais e estaduais de cultura. Mas, acima de tudo, ele era dedicado às ações que têm bastante relevância cultural, mas baixo impacto reputacional.

Acontece que, nos últimos 6 anos, o FNC vem num decréscimo e, nos últimos 2 anos, teve zero de recursos. Com o não cumprimento da Lei das Loterias, nos últimos 6 anos o FNC deixou de receber das loterias 1,8 bilhão de reais para os pequenos Municípios, para a garantia do patrimônio material e imaterial brasileiro, para a produção independente, para projetos além da Região Sudeste e dos grandes centros.

Então é preciso olhar a Lei Rouanet no seu conjunto. O FNC entrou em campo, e vem diminuindo ano a ano, até zerar 2 anos atrás. Isso não é um problema deste Governo. Este Governo agravou o problema, mas isso vem de outros Governos. Por fim, destaco que o FICART nunca entrou em campo efetivamente. Podemos dizer que ele é um instrumento de incentivo à indústria cultural. De alguma forma, é um empréstimo, é uma relação com o mercado para alavancar a indústria cultural.

Como o FNC minguou para os produtores independentes, o perfil do FNC tentou buscar recursos no mecenato, mas não conseguiu, porque o mecenato tem outras características. E, como o FICART nunca entrou em campo, as grandes produções buscaram recursos no mecenato, o que também distorce o mecenato na medida em que ele não é feito para grandes produções e para o mercado cultural da indústria, que é relevante e importante, mas que acaba distorcendo-o. Então, parece-me que a forma de revigorarmos a Lei Rouanet, além das melhorias necessárias do ponto de vista da legislação, é garantindo, em primeiro lugar, que o FNC aconteça. Parece-me que esta Comissão pode, mais uma vez, visto que isso já foi tema tratado aqui, sugerir uma audiência pública para tratar desse esvaziamento do FNC, porque os recursos da loteria estão sendo retirados do FNC e indo para a segurança pública por meio dessa MP. Parece-me que esta Comissão pode ser um bastião para fazer esse debate.

A cultura não tem uma agenda comum, e isso é um problema. Independentemente de você ser do teatro ou da música, da área dos direitos autorais ou da área legalista, ou ainda da produção direta, não há um conjunto de temas que seja consenso a todos. Na educação, há. Existe lá um conjunto de questões, sendo verde ou amarelo, sendo professor ou aluno, que tem uma temática que reúne essa agenda comum. Na cultura não há agenda comum. Como não há agenda comum, quando mais de um da cultura se reúne, certamente há divergência, o que também fragiliza a constituição de uma política pública para o setor. Então, é preciso que o muro da cultura constitua uma agenda comum.

Eu quero dizer que, de alguma forma, meu sentimento é que a cultura está 20 anos atrás da educação, porque a discussão da LDB e das metas todas foi precedida da constituição e da pactuação de uma grande agenda comum na educação. E, como nós na cultura temos muita dificuldade de fazer essa pactuação, sempre ficamos claudicantes em relação à constituição de uma agenda mínima, de uma coluna cervical de questões a defender, independentemente de ser do cinema ou do teatro, ou de ser produtor cultural de médio ou grande porte. Como isso não acontece, hoje, entre outras coisas, o Ministério está nessa situação.

Vale lembrar que hoje o Ministério da Cultura tem, em números absolutos, os mesmos recursos de 2006. Se nós deflacionássemos esse número, teríamos os mesmos recursos de 2002. Vejam o retrocesso que, de alguma forma, nós estamos vivendo na cultura, fruto dessa série de desencontros, em que pese ao Ministro Sérgio Sá Leitão estar brigando - e brigando com muita energia - e obtendo algumas conquistas para que a cultura possa ser centralidade nas políticas públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Já passou o seu tempo, mas gostaria que respondesse à minha indagação.

O SR. EDUARDO SARON NUNES - Quanto à sua indagação sobre o Itaú, posso dizer que há duas questões fundamentais. Há 20 anos fazemos um edital público, o Rumos Itaú Cultural, que na sua última edição teve 12 mil inscritos, contemplando projetos do País inteiro. Esse edital sempre vem à tona por meio do *site*. É o mais antigo edital cultural de uma instituição no País - são 20 anos. Outro fomento aos Municípios, já me associando a essa questão que eu trouxe do incentivo à leitura, vem por meio do Itaú Social, que tem um programa de distribuição de livros. Ao longo de toda a existência desse programa, nós já distribuimos 20 milhões de livros para a sociedade. Parece que esse também é um caminho para nos relacionarmos com os Municípios.

Mais do que isso, Deputada, temos feito muitos programas de formação de gestores nos Municípios. Há recursos dedicados para nos associar com prefeitos ou com consórcios de prefeitos, para qualificar gestores e produtores culturais, não só para identificar leis de incentivo ou recursos internacionais, mas também para fazer melhorias do ponto de vista da governança,

do *compliance*, e para entender, do ponto de vista mais contemporâneo, quais são os desafios da cultura brasileira. Temos recursos para isso e permanentemente temos contato com Municípios, prefeitos e gestores locais para fazer essas ações.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Obrigada mais uma vez.

Estabelecendo esse contato com os Municípios para que se capacitem, com certeza vai haver projetos importantes. Vamos poder participar também dessa concorrência com o Itaú, junto ao Governo, ainda que isso esteja muito difícil. Houve agora uma diminuição dos recursos, e esperamos que haja uma ação como a que houve para se manter o Ministério da Cultura. Sabemos que é importante o recurso para a questão da segurança, mas sabemos também que, quando se trabalha a cultura, melhora-se a segurança no País.

Agradecemos muito, Eduardo Saron, sua participação na Comissão de Cultura. Você é sempre bem-vindo. Ajude a nossa Comissão e a nossa consultoria a construir uma pauta positiva para o Brasil com relação à cultura. Acreditamos que essa deve ser a pauta principal, porque ela garante a história cultural deste País.

Quero agradecer aos convidados e aos colegas Parlamentares que estiveram conosco - Deputados Diego Garcia, Chico D'Angelo e Domingos Sávio, meu conterrâneo mineiro.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - V.Exa. me permite um segundo?

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Pois não.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB - MG) - Quero cumprimentar o Eduardo e V.Exa., Presidente, e parabenizá-la.

Eu não vou poder ficar para a próxima reunião, mas quero fazer um pedido a V.Exa. Nós estamos entrando com um requerimento de urgência para um projeto de lei de minha autoria e de vários outros colegas que aprimora a Lei Rouanet. Nós estamos vivendo esse drama da retirada de mais dinheiro da cultura. Esse projeto foi fruto de um consenso na CPI da Lei Rouanet, onde tive a oportunidade de ser Relator, e fruto de um amplo debate com a sociedade, mas ainda não há parecer sobre ele na Comissão de Cultura.

Queria pedir a V.Exa. que verificasse a possibilidade de se emitir parecer sobre ele - quem sabe até mesmo V.Exa., caso ainda não tenha designado ninguém. Acredito que o Presidente Rodrigo Maia vai atender o nosso apelo para votar o regime de urgência. Nesse caso, os pareceres das Comissões seriam dispensados. Porém, eu acho muito importante que ele chegue ao plenário com o parecer da Comissão de Cultura, da qual fiz parte. Sei que tem um carinho especial por esse projeto para melhorarmos os investimentos na Lei Rouanet e também no Fundo Nacional de Cultura.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Raquel Muniz. PSD - MG) - Agradeço a participação do Deputado Domingos Sávio.

Vou pedir à Lúcia e aos demais membros da Comissão de Cultura que nos auxiliem para respondermos isso o mais rápido possível. Conte com a minha colaboração. Aqui, nós temos sido muito diligentes, Deputado Domingos Sávio, no encaminhamento dos projetos e dos requerimentos solicitados.

Nada mais havendo a tratar, convoco os senhores membros para reunião deliberativa extraordinária agora, neste plenário.

Está encerrada a presente reunião.



56ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900
CNPJ: 00.530.352/0001-59

Disque-Câmara: 0800-619-619, de 8h às 20h
Atendimento presencial: de 9h às 19h

[Sobre o Portal](#) [English](#) [Español](#) [Extranet](#)